

O sindicalismo em educação em Minas Gerais: Uma história social, da educação básica ao ensino superior mineiro

Cássio Hideo DINIZ HIRO¹

Resumo: Este artigo se apresenta como um ensaio reflexivo sobre a história recente do sindicalismo em educação em Minas Gerais, partindo de suas ações desde a educação básica e alcançando o ensino superior, sobretudo na busca pela sua compreensão como um elemento de identidade coletiva da categoria docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Presente na história brasileira desde o advento da República, o sindicalismo se constitui como um dos mais expressivos e importantes movimentos sociais que já existiu, tornando-se parte indispensável na compreensão da sociedade capitalista não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Na realidade nacional, está presente nos mais diferentes períodos dos últimos 120 anos, fazendo parte de estudos e reflexões de pesquisadores, estudantes e demais interessados em entender a vida social de nosso tempo. Não obstante, a educação brasileira não ficou a margem desse processo, e os trabalhadores que compõem o seu dia a dia, como professores e funcionários, também se organizaram coletivamente em seus próprios movimentos sindicais, fazendo de si como uma das categorias mais mobilizadas, organizadas e combativas da atualidade. Minas Gerais se tornou o berço de um sindicalismo em educação de destaque, e a UEMG é parte dessa recente história.

Palavras-chave: Sindicalismo em educação, ensino superior, greves, categoria docente.

¹ Professor Efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade Campanha. Pós-Doc pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Doutor em Educação, pela Universidade Nove de Julho (Uninove). UEMG. Campanha. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7551-4688>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596868118313462>. E-mail: cassio.hiro@uemg.br.

Trade Unionism in Education in Minas Gerais: A Social History from Basic Education to Higher Education in Minas Gerais.

Abstract: This article presents itself as a reflective essay on the recent history of unionism in education in Minas Gerais, starting from its actions since basic education and reaching higher education, especially in the search for its understanding as an element of collective identity of the teaching category. from the State University of Minas Gerais (UEMG). Present in Brazilian history since the advent of the Republic, trade unionism is one of the most expressive and important social movements that has ever existed, becoming an indispensable part of capitalist society not only in Brazil, but throughout the world. In the national reality, it has been present in the most different periods of the last 120 years, being part of studies and reflections by researchers, students and others interested in understanding the social life of our time. However, Brazilian education was not left out of this process, and the workers who make up its daily routine, such as teachers and employees, also organized themselves collectively in their own union movements, making themselves one of the most mobilized, organized categories and combative actions of today. Minas Gerais became the cradle of prominent unionism in education, and UEMG is part of this recent history.

Keywords: Unionism in education, higher education, strikes, teaching category.

Introdução

O movimento sindical de trabalhadores em educação tornou-se nos últimos 45 anos em um dos principais movimentos sociais da história política e social no Brasil. Ao lado dos movimentos sindicais de metalúrgicos, de petroleiros, de bancários, de operários da construção civil e de movimentos populares rurais e urbanos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o sindicalismo docente teve ao longo desses anos um papel importante na conjuntura política pós-regime civil-militar. E isso tem repercutido na sociedade, pois se trata da ação e organização de uma categoria que trava contato direto e cotidiano com a grande maioria das famílias brasileiras, ao trabalhar com a educação de seus filhos.

Investigar a história social desses personagens em suas ações coletivas, reivindicativas e sindicais, contribui não apenas para entender a história da educação brasileira, mas, também para a compreensão acerca da formação histórica de nossa sociedade no século XX. Para isto, o uso de uma base teórica que esteja de acordo com o desafio, aliado ao projeto societário daqueles que a desejam, torna-se fundamental. Em nosso caso, em que nos inserimos não apenas na luta teórica, mas, a englobando, em uma luta política maior e alicerçada na construção de um projeto contra-hegemônico, entendemos que a teoria marxista oferece-nos os elementos necessários para este trabalho. Reivindicamos o marxismo como modelo interpretativo baseado na práxis e que aponta a história como oportunidade, e não como fatalidade, permitindo vislumbrar de forma real e prática a construção de um novo porvir da humanidade alicerçado na igualdade e justiça social.

Uma das formas em que os professores – e o conjunto dos trabalhadores – ganharam destaque foram as suas ações coletivas no campo da luta econômica e política. A categoria profissional dos trabalhadores em educação protagonizou diversas lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho e também na derrocada do regime civil-militar, destacando-se nas mobilizações ocorridas ao final da década de 1970 e por toda década de 1980. O seu papel foi de tamanha importância, que muitos de seus participantes – alicerçados em bases sociais de sua categoria – tiveram destacada atuação na construção de instrumentos políticos, como o Partido dos Trabalhadores,

(como também em determinados momentos o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, etc.), e de instrumentos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores e demais entidades sindicais. Em outras palavras, o movimento sindical docente e de trabalhadores em educação tornou-se, nos últimos 30 anos, um dos principais movimentos da história política e social do Brasil.

Não obstante, no final do século XX e com a ascensão do neoliberalismo e do discurso pós-moderno do fim da “luta de classes”, o sindicalismo brasileiro sofreu um duro golpe, no que tange a sua força, adesão e conquistas. Mesmo após a ascensão dos governos de cunho progressista/popular a partir de 2003, observamos que o fôlego existente nos anos 1980 ainda não havia retornado como muitos desejavam nesse momento histórico.

A ofensiva neoliberal operada a partir da crise do bloco soviético, sobretudo no Ocidente provocou duros e profundos efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora mundial. No Brasil, suas implicações foram sentidas na derrota dos movimentos sindicais até então fortemente mobilizados e organizados, como os petroleiros e os bancários. A partir de então observamos um breve recuo que colocou a classe trabalhadora brasileira na defensiva, paralisando os grandes embates do *capital versus trabalho*, e optando pelo regramento eleitoral dentro da ordem liberal-burguesa.

No entanto, uma categoria profissional em especial acabou brevemente fugindo dessa realidade. Como podemos observar a partir dos dados de greves nas primeiras décadas do século XXI apontados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE)², os trabalhadores e trabalhadoras em educação se constituíram como vanguarda de lutas no Brasil. Seus sindicatos, impactados pela ofensiva neoliberal, sentiram a necessidade de reforçarem suas organizações e mobilizações diante da nova conjuntura. Desde os primeiros anos do século observamos o aumento do número de mobilizações e greves de professores e funcionários de escolas e universidades espalhadas pelo país, e é nesse momento que se constata a presença de grandes movimentos de trabalhadores em educação das instituições públicas e privadas em vários Estados da federação. Nesse ínterim, destacamos as de São Paulo, Rio de

² Fonte: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>, consultado em 25/10/2024.

Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Diante disso, cabe questionar se os professores e demais trabalhadores em educação possuem alguns elementos que lhe confere certo protagonismo nas lutas sindicais no Brasil nesse início de século. Um deles que pode ser considerado é o fato dos servidores públicos terem mais garantias de estabilidade no emprego em comparação com os trabalhadores da iniciativa privada. Ou há algo a mais?

Em seu artigo *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro*, Erlando da Silva Rêses (2011, p. 257) faz um questionamento mais ou menos próximo do que nos apetece:

O aumento da mobilização sindical e a adesão expressiva em greves, sobretudo nas redes públicas, não implicam na constituição de uma “consciência” de classe proletária e não alienada dos professores, mesmo quando estes se veem inseridos em um processo de pauperização econômica?

Essa problematização acaba levando a algumas questões que buscam entender o caráter de classe dos professores e dos demais trabalhadores em educação. Os professores são trabalhadores que têm, em princípio, um conhecimento teórico e cultural maiores que a média dos trabalhadores em geral. No entanto, isto não significa que os mesmos tenham consciência da necessidade de organização e luta coletiva por seus interesses, muito menos de seu papel econômico e político dentro do sistema.

Em condições normais de trabalho, os trabalhadores estão desprotegidos contra demissões arbitrárias motivadas por suas ideias políticas, ou por praticamente qualquer outro tema, relacionado ou não com o trabalho e o seu desempenho. Nas escolas públicas isto não ocorre, os trabalhadores em educação, em geral, e, particularmente, os professores podem exercitar os seus direitos de “cidadãos”, mas estes direitos são restritos ou inexistentes nas instituições privadas. Mas essa avaliação desconsidera as lutas empreendidas pelos docentes das escolas e universidades particulares, mesmo que se dê por outros meios coletivos. Não obstante, cabe a nós pesquisadores da área continuar essa reflexão para encontrarmos algumas respostas.

O sindicalismo em educação em Minas Gerais

O movimento sindical de trabalhadores em educação em Minas Gerais tem seus primórdios nas primeiras décadas do século XX. Em várias cidades, tanto na capital quanto nos municípios do interior surgiram pequenas associações de professores de características mutualistas, assistenciais e gremiais. Refletiam o estágio de desenvolvimento no qual se encontrava a educação brasileira do período, com um papel na vida social ainda em consolidação e em disputa por distintos projetos societários. Uma educação que apesar das intenções idealizadas pelos republicanos positivistas, ainda não era presente na vida da grande maioria da população, sendo um privilégio das elites e de setores médios urbanos da sociedade brasileira.

A escola pública brasileira, que dera seus primeiros passos efetivos na segunda metade do século XIX, ainda estava longe do que imaginavam seus idealizadores. A educação do povo, mesmo que sob a ótica liberal-burguesa, ainda não era uma realidade, mesmo com os grandes debates – intitulados pelo historiador Jorge Nagle de *Entusiasmo pela Educação* e o *Otimismo Pedagógico* – que deram as bases teóricas para a realização de várias reformas educacionais que caracterizaram a década de 1920 nos estados, como também as reformas de caráter nacional a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, em parte pautado pelos intelectuais escolanovistas absolvidos pelo regime.

A inexistência de uma educação universal, ainda restrita a determinados grupos sociais privilegiados, deu o tom da organização da categoria docente no Brasil e em Minas Gerais. Nessas décadas era numericamente pequena, com pouca inserção social em grande parte da população. O resultado é um sindicalismo tímido, não combativo, que buscava, sobretudo a sobrevivência de sua categoria e constituindo sua identidade profissional, longe ainda de compartilharem uma identificação com o conjunto da classe trabalhadora.

Uma das primeiras entidades sindicais em educação de destaque que surgiu em território mineiro foi o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – SINPRO Minas – em 1933. Existente até hoje, a entidade representava – e representa – os e as professoras das instituições de ensino privadas mineiras. Mas o que explica o

pioneerismo dessa categoria, diante dos trabalhadores em educação da rede pública de ensino?

Recordemos dos limites legais para a constituição de sindicatos no Brasil na década de 1930. O Governo Provisório, tendo a frente Getúlio Vargas, estabeleceu as primeiras leis sindicais a partir de 1931. Nelas, reconhecia o movimento sindical brasileiro, porém o incorporava à estrutura burocrática do recém-criado Ministério do Trabalho. Dentro da lógica do apaziguamento dos conflitos do *capital X trabalho*, o governo Vargas buscava arbitrar os embates socioeconômicos e estabelecer uma paz social para o pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em troca de uma legislação trabalhista, abriu-se mão das características combativas e organizativas dos sindicatos, que deveriam se adequar às leis e aos modelos estabelecidos pelo Estado. Por fim, o reconhecimento do direito sindical estava restrito aos trabalhadores da iniciativa privada, legitimados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1º de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452. Já os trabalhadores do serviço público, incluso os e as professoras das escolas estaduais – a principal rede de ensino a ofertar a educação pública – não tiveram reconhecidos seus direitos a sindicalização. Coube aos docentes das instituições de ensino privadas o pioneirismo sindical em Minas Gerais.

Imagen 1: Getúlio Vargas em frente ao Ministério da Fazendo em 10/11/1943. Ao fundo, manifestação a favor do presidente, com destaque à faixa do Sindicato dos Professores – SINPRO DF



Fonte: Iconographia/Reminiscências

A primeira característica que podemos notar é que a maioria dessas entidades representativas apresentava princípios que reforçavam as ações de caráter assistencialista e mutualista. Esta característica será mantida, principalmente, a partir da Constituição de 1937³, que vetava o direito à sindicalização de servidores públicos, e impossibilitava a organização de sindicatos docentes da rede pública, que compunham a maioria da categoria no Brasil. A alternativa viável para a continuidade da organização dos professores das escolas e universidades públicas foi a criação das associações⁴. Segundo Vicentini e Lugli (2011, p. 180):

Em linhas gerais, esse modelo caracteriza-se pelo objetivo de melhoria das condições de vida e trabalho dos professores mediante sua arregimentação em torno de associações profissionais que, além de encaminharem propostas ao Estado para solucionar os problemas que afetavam a categoria, também tomavam para si essa incumbência, mediante a constituição de uma rede de serviços aos associados para amenizar as suas dificuldades cotidianas.

De alternativa jurídica, o associativismo transformou-se em um fenômeno que marcará o movimento desses profissionais até o final da década de 1970. Suas principais características serão: o aprofundamento do modelo assistencialista e mutualista, e a priorização das ações de negociação – as petições – e de relações amistosas com o Estado⁵. Trata-se de um regime de colaboração, em lugar da ação direta de massas e do confronto por meio de greves, e grandes manifestações, apesar de não se abrir mão destas possibilidades em determinados momentos. Isto permitirá o surgimento de uma burocracia sindical (a exemplo da iniciativa privada, estimulada pela estrutura sindical imposta pelo Estado), e um distanciamento entre direção e base, a despeito do pequeno, mas constante crescimento de suas filiações.

Nesse ínterim, entre as décadas de 1930 e 1970 os trabalhadores em educação da rede pública mineira avançaram em sua organização coletiva. Diferente do setor privado

³ Apesar de antes mesmo da proibição oficial da sindicalização dos servidores públicos, muitos sindicatos de docentes, como os demais, organizavam-se na forma de associações.

⁴ Alguns pesquisadores apontam que o associativismo, enquanto modelo de organização, foi um fenômeno característico de categorias profissionais que não se reconheciam como membros da "classe trabalhadora", e viam os sindicatos como entidades próprias dessa classe social. O modelo associativista (não o termo, mas a sua concepção) era visto pelos docentes como mais ordenado e racional que as entidades sindicais tradicionais.

⁵ Segundo esta concepção, a direção da entidade é a representante legítima de sua base e a única voz na ação diante do Estado.

organizadas no SINPRO Minas, a categoria docente das escolas básicas e universidades públicas caminharam separadamente, com ritmos diferentes.

Diante das condições de trabalho na educação básica pública mineira na primeira metade do século XX, surgiu também na década de 1930 a *Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais* – APPMG –, que se colocava como representante das docentes de 1º à 4º série da rede estadual. Fundada em 27 de agosto de 1931⁶, carrega em seu início o caráter mutualista e associativista, buscando o estabelecimento de boas relações com o governo, e atrelada ao aparelho de Estado, negando-se a tomar qualquer atitude de enfrentamento com o mesmo. Após a lei federal nº 5.692 de 1971⁷ e a unificação do ensino primário e ginásial – agora ensino de 1º grau –, a nomenclatura da entidade mudou para *Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais*. Concomitantemente, em várias cidades do interior também havia associações docentes com o mesmo perfil, assemelhando-se a grêmios e clubes de profissionais da área.

Contudo, a década de 1970 trazia uma nova realidade social. O capitalismo tardio brasileiro – estimulado pelo projeto conservador e autoritário da Ditadura Civil-Militar – avançada velozmente, impulsionando a rápida industrialização e a expansão das grandes cidades, porém condenando à marginalidade econômica grande parte da população. A educação básica expandiu-se em ritmo maior do que a capacidade do Estado brasileiro de investir e melhorar qualitativamente o ensino público. O crescimento da categoria docente nesse setor e o aprofundado processo de proletarização da carreira docente levaram ao surgimento de um sindicalismo combativo na educação ao final da década de 1970. Tendo como modelo e inspiração as grandes mobilizações da classe trabalhadora que tomaram conta do país, e a exemplo do que ocorria em outros Estados, os professores da rede estadual mineira romperam com o associativismo da APPMG, e após a inédita greve de 1979, criaram a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais – a UTE-MG – que adotando as características sindicais e combativas, conquistou a legitimidade e a liderança da

⁶ Fonte: <https://www.appmg.org.br/nossa-historia>, consultado em 24/10/2024.

⁷ A lei 5.692/71 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024), reestruturando a educação básica brasileira em escolas de 1º grau (com oito anos de duração obrigatório) e de 2º grau (com três anos) subdividindo-se em técnico, científico e magistério.

categoria, protagonizando diversas lutas que obtiveram grandes conquistas ao longo dos anos seguintes. Em 1990, em processo de unificação com outras entidades, a UTE-MG se transforma no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – o Sind-UTE/MG (DINIZ; BAUER, 2015), atualmente um dos maiores sindicatos em educação da América Latina e com forte presença nas lutas políticas e sindicais dos trabalhadores mineiros⁸.

Imagen 2: Assembleia dos trabalhadores em educação das escolas estaduais de Minas Gerais durante a greve de 1980, realizada na Faculdade de Direito da UFMG



Fonte: CDM Sind-UTE/MG

O sindicalismo no ensino superior mineiro

A categoria docente do ensino superior em Minas Gerais não ficou a margem das mobilizações que agitaram o final da década de 1970 e nos anos 1980. Por sua vez, entraram em cena se organizando e agindo a partir de suas características próprias.

Não houve uma expansão quantitativa do ensino superior brasileiro, a exemplo do que acontecera na educação básica. A reforma universitária de 1968 não garantiu o amplo crescimento da oferta de vagas para a maioria da população, continuando o seu acesso um privilégio para determinados grupos sociais. Ao mesmo tempo, a iniciativa

⁸ Atualmente o Sind-UTE/MG representa os/as trabalhador(a)s em educação (professores e funcionários) das escolas estaduais de Minas Gerais e de redes municipais nas quais suas categorias deliberam por sua representatividade. Em 2006, a subsede do Sind-UTE/MG que atuava na rede municipal de Belo Horizonte rompe com a entidade sindical estadual e funda o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – SindREDE-BH.

privada foi ocupando o espaço diante do aumento da demanda, acentuando o processo de mercantilização desse nível de ensino.

Com o crescimento das instituições privadas, por meio de fundações particulares, confessionais, filantrópicas ou mesmo empresariais, a categoria docente do ensino superior privado começou a sofrer os primeiros sinais de sua proletarização, com a desvalorização salarial e o aumento da carga de trabalho. Diante dessa nova realidade, o SINPRO Minas se insere na realidade dessa categoria docente, buscando organizá-la e mobiliza-la, mesmo diante da forte repressão empresarial e estatal.

Nas universidades públicas mineiras, notadamente nas instituições federais, a categoria docente também começou a se organizar com características sindicais, mesmo que limitadas pela legislação. Surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 as Associações de Docentes (AD's) em diferentes *campi* universitários. Foram as AD's, em um grande processo de mobilização da categoria docente nas universidades públicas de todo o país, que deram base para a criação da *Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior* (ANDES) em 19 de fevereiro de 1981⁹.

As universidades públicas estaduais mineiras são um caso a parte. Em comparação com as demais universidades estaduais de São Paulo ou Rio de Janeiro, as mineiras são tardias em suas constituições universitárias. Tanto a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) quanto a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) deram seus primeiros passos a partir da promulgação da Constituição Mineira de 1989. A UEMG, originária em 1989 e regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, surgiu da incorporação de diversas faculdades e fundações isoladas da capital, que nas décadas seguintes foram absorvendo outras instituições públicas e privadas isoladas no interior do Estado¹⁰. Já a Unimontes é instituída por meio do Decreto Estadual nº 30.971/90, com a estatização da Fundação Norte Mineira de Ensino

⁹ Em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, a ANDES mudou sua denominação e passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

¹⁰ Fonte: <https://www.uemg.br/home/universidade/sobre-a-uemg>, consultada em 24/10/2024.

Superior (FUNM) e a incorporação de outras instituições da região¹¹. Diante disso, o sindicalismo docente nessas novas universidades também foi recente¹².

Em seu inicio, a categoria docente na UEMG não estava consolidada. Cargos de jornada parcial e relações precárias de trabalho faziam com que seus primeiros professores trabalhassem também em outras instituições de ensino superior, sobretudo nas privadas. Com isso, a maioria de suas experiências sindicais estava relacionada com o SINPRO Minas, no qual muitos tiveram seus primeiros contatos com o movimento sindical organizado. Foram com esses militantes e ativistas organizados que deram os primeiros passos para um movimento sindical no interior da universidade, que entre idas e vindas impulsionaram nos anos seguintes à criação o Sindicato dos Professores da UEMG (Sinduemg), consolidado no início do século XXI. Esse sindicato chegou a ser reconhecida como uma seção sindical do ANDES-SN, mas devido a descontinuidades e dificuldades de gestão, foi desvinculada, seguindo como entidade jurídica autônoma em 2011¹³. Como consequência, ao longo o tempo acabou perdendo presença junto à categoria docente, sobretudo com a crise gerada pela queda da Lei nº 100 em 2014 e o desligamento de professores da UEMG que haviam sido efetivados sem concurso em 2007¹⁴.

Nesse mesmo período, na cidade de Ibirité, docentes que trabalhavam na Fundação Helena Antipoff (FHA) começaram a se organizar no interior da instituição de ensino. O processo interno de mobilização levou a fundação em 2013 do Sindicato dos Docentes da Fundação Helena Antipoff (SINDHA). Com o processo de incorporação dos cursos superiores da FHA pela Universidade do Estado de Minas Gerais, o SINDHA tornou-se seção sindical do ANDES-SN, e uma vez consolidada a incorporação como unidade acadêmica de Ibirité, a entidade sindical muda sua

¹¹ Fonte: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/#1439366115142-40f026ff-0a81>, consultada em 24/10/2024.

¹² Na Unimontes surge a Adunimontes (Associação dos Docentes da Unimontes), seção sindical do ANDES-SN na universidade. Tem atuado em parceria com a ADUEMG nas lutas sindicais em Minas Gerais.

¹³ Fonte: <https://sinduemg.wordpress.com/estatuto/>. Consultada em 24/10/2024.

¹⁴ Em 2007 o governo de Minas Gerais editou a Lei Estadual nº 100/07, que elevou os designados com contratos temporários até o dia da promulgação da lei à condição de “efetivados”, mesmo que sem a realização de concurso público, criando assim uma terceira situação funcional no serviço público estadual. Contudo, em março de 2014 o Supremo Tribunal Federal considerou a referida lei inconstitucional (DINIZ, 2021, p. 34).

denominação para Associação dos Docentes da UEMG – ADUEMG – ssind do ANDES-SN¹⁵.

Contudo, isso não significou que a categoria docente da UEMG reconheceu e legitimou de imediato. O próprio processo de expansão da universidade para o interior, incorporando diversas instituições de ensino superior isoladas por toda Minas Gerais se deu de forma não projetada. A falta de planejamento estratégico e orçamentário por parte do governo de Minas levou que grande parte da categoria docente que adentrava a universidade estivesse em condições precárias de vínculo trabalhista, o que até 2021 era conhecido como designação¹⁶. Foi somente aos poucos, com a realização de atividades e ações de base que a ADUEMG pode representar a indignação da categoria diante da precariedade dos salários e das condições de trabalho e liderar duas greves até então inéditas na UEMG, com destaque à Greve de 2016, que durou 106 dias¹⁷, com forte adesão dos docentes das unidades acadêmicas de Frutal e Ibirité. O resultado foi a conquista de um Acordo de Greve homologado pela Justiça em 2018, que ainda é foco de reivindicação da ADUEMG para sua efetivação.

Em sua primeira fase, a seção sindical teve como base principal de mobilização Ibirité. Suas primeiras diretorias foram compostas em sua maioria por docentes dessa unidade acadêmica. Não obstante, em 2018 foi eleita uma nova diretoria já com uma presidente e um vice-presidente, a primeira da Faculdade de Educação (Campus BH) e o segundo de Frutal.

Um fato marcou o início de uma nova fase. Em consequência das lutas da categoria nos anos anteriores, em 2018 e 2019 ocorreram novos concursos públicos para provimento efetivo de docentes na maioria das unidades acadêmicas da capital e do interior da UEMG. Centenas de professores foram aprovados e começaram a ser nomeados em caráter efetivo nos anos seguintes. Isso provocou uma expansão qualitativa da categoria como servidores públicos estáveis em gozo de seus direitos trabalhistas e políticos.

¹⁵ Fonte: <https://www.aduemg.org/copia-sobre-aduemg>. Consultada em 24/10/2024.

¹⁶ Termo legal usado para descrever o vínculo temporário de trabalho no serviço público, sem concurso e selecionado por meio de chamada pública ou Processo Seletivo Simplificado.

¹⁷ Fonte: <https://www.brasildefatomg.com.br/2016/08/19/uma-greve-para-salvar-a-universidade-estadual>. Consultada em 24/10/2024.

Esse processo permitiu que o movimento sindical na UEMG se dinamizasse e se interiorizasse. Docentes que já possuíam experiências em outros sindicatos e movimentos sociais se somaram à categoria, permitindo uma nova fase de sua organização. Mesmo com a pandemia da COVID-19 em 2020 e 2021, a ADUEMG se interiorizou, conquistando espaço e legitimidade junto à base. Por meio de trabalho de base, assembleias gerais, plenárias locais e atuações reivindicativas junto à Reitoria, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, a seção sindical do ANDES-SN foi se tornando presente na vida social da categoria. Aos poucos, foi se criando uma identidade coletiva na qual os e as docentes de diversas unidades acadêmicas da UEMG começaram a se entender como uma categoria única, que compartilhava dos mesmos problemas, mas também dos mesmos anseios de mudança coletiva.

Isso se materializou em 2022, na primeira greve com forte envolvimento dos docentes de diferentes unidades, e em 2024, no mais forte movimento grevista de sua história. Com a adesão de professores de 19 das 22 unidades acadêmicas da capital e do interior, a greve durou 60 dias com intensas ações presenciais massivas – assembleias gerais, atos locais e manifestações – e obteve diversas conquistas que, apesar de não resolver todos os problemas candentes da UEMG, comprovou que a luta coletiva é o caminho para as transformações necessárias.

Imagen 3: Manifestação de docentes da UEMG na Praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais,
durante a greve em maio de 2024



Fonte: site da ADUEMG. Foto de Zé Rocha

Considerações finais

O movimento sindical nas universidades estaduais mineiras, sobretudo na Universidade do Estado de Minas Gerais, tem se consolidado como uma importante manifestação coletiva de uma categoria profissional, na busca não apenas de sua valorização, mas também se constituindo como um importante sujeito social dentro e fora dos muros da universidade. Não obstante, devemos observar a história enquanto processo contínuo e permanente, que configura, em seu interior, avanços e retrocessos. Não podemos recortar a história e definir, de fato, o quanto uma categoria alcançou ou não sua consciência política, ou cumpriu-se seu papel “revolucionário” na história. Os trabalhadores em educação da educação básica e do ensino superior, como toda a classe social dos trabalhadores, encontram-se ainda em fase de desenvolvimento de sua consciência, deparando-se seu interior, fases de avanço ou retrocesso.

Diante disso, precisamos vislumbrar o futuro como uma possibilidade. O movimento sindical brasileiro foi capaz de permitir o avanço e desenvolvimento dos próprios trabalhadores. O sindicalismo docente em Minas Gerais esteve inserido neste desenvolvimento, permitindo à sua base posicionar-se diante dos desafios de ordem econômica e política, que apesar da conjuntura desfavorável, ainda coloca em perspectiva a ação direta de massas como fundamental para transformar a realidade. O processo em que faz parte esse período histórico estudado ainda está aberto, e se baseando nesta constatação, vemos que o porvir não se constitui como uma existência destinada, mas sim como um campo de possibilidades em aberto, objetivando uma nova realidade construída de acordo com as necessidades de toda a humanidade.

Referências bibliográficas

- Bauer, Carlos. *A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2010.
- Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- Bertucci, Liana Maria; Filho, Luciano Mendes de Faria; Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- Diniz, Cássio; Bauer, Carlos. *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- Diniz, Cássio; Moreira, Weber Luiz Pereira. *A greve de 2010: mobilização e lutas dos trabalhadores em educação no sul de Minas Gerais*. Jundiaí/SP: Paco, 2021.
- Diniz, Cássio. *Debates e contribuições em torno dos referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos nas pesquisas sobre a história do associativismo e sindicalismo em educação no Brasil*. In.: Ferreira, Márcia Ondina V.; Mancebo, Deise; Rosso, Sadi Dal (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo*. Jundiaí/SP: Paco, 2022.
- Ferreira Jr., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. 302p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, Márcia Ondina V.; Mancebo, Deise; Rosso, Sadi Dal (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.
- Frigotto, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relação entre educação e estrutura econômico social capitalista*. 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- Gindin, Julián; Ferreira, Márcia Ondina; Rosso, Sadi Dal (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimento*. Brasília, Paralelo 15, 2013.
- Granzotto, Tania Maria. *O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas*. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2010.
- Matamoros, Christian (org). *Sindicalismo docente: política y organizaciones de izquierda sudamericana*. 1ed. Concepción: Ediciones Escaparate, 2019.
- Rêses, Orlando da Silva. *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro*. In: *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- Ridenti, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*. São Paulo. Editora Cortez. 1995.
- Rosso, Sadi Dal. *Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. In: *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.
- Schueler, Alessandra Forta Martinez de; Cord, Marcelo Mac. *História social e história da educação: as contribuições de Edward Thompson*. In: Mesquita, Ilka Miglio de; Carvalho, Rosane Areal de; Filho, Luciano Mendes de Faria. *Nas dobras de Clio: história social e história da educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Altusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Thompson, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. In Estudios sobre las crises de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.
- Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – v. 1. A árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Thompson, Edward Palmer. *Algunas observaciones sobre clase y falsa conciencia*. In Revista Historia Social. Instituto de Historia Social U.N.E.D. Valencia Primavera-Verano, 1991, nº10. p. 27-32.
- Vicentini, Paula Perin; Lugli, Rosário S. Genta. *Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970*. In:

Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

Sites

<http://www.uemg.br>

<http://www.unimontes.br>

<http://www.aduemg.org/>

<https://sinduemg.wordpress.com>

<https://www.brasildefatomb.org.br>

<http://www.reminiscencias.com.br>

<https://www.appmg.org.br>

<https://www.dieese.org.br>



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024
Aprovado em: 30/11/2024